

**PROGRAMA DE GOVERNO**



## MACEIÓ DE TODAS AS VOZES

Com 1.025.000 de habitantes, Maceió é uma cidade com um forte movimento comercial e de serviços nos seus 50 bairros. A cidade centraliza os polos de saúde, de educação técnica e superior, financeiro, cultural, de turismo e parte expressiva do parque industrial de Alagoas. É também, o centro administrativo e a sede política, concentrando 42% da economia do Estado. A economia da cidade atende sua população e atrai, também, milhares de pessoas que trabalham ou estudam na capital, e consumidores dos outros municípios, principalmente os da Região Metropolitana, gerando um movimento comercial e de serviços maior que as demais localidades e acarretando mais aglomerações. Por força da pandemia, Maceió sofreu muitíssimo pelo predomínio dos setores de comércio e serviços.

A PNAD de 2015 registrava que Alagoas possuía 1,1 milhão de *famílias* e que 660 mil estavam inscritas no Cadastro Único para os Programas Sociais do Governo Federal, com destaque para as 400 mil que viviam na extrema pobreza.

Em 2019, segundo a PNAD Contínua (IBGE, 2020) ocorreu uma alta na renda da população 1% mais rica e perdas nos rendimentos na faixa dos 10% mais pobres da Região Nordeste contribuíram para maior concentração de renda: a massa do rendimento médio mensal real domiciliar em 2019 alcançou R\$ 60,3 bilhões, com os 10% mais pobres da população acumulando apenas 0,6% deste total; já os 10% mais ricos acumulam 44,4% do total da massa do rendimento médio mensal regional.

No mundo do trabalho em Alagoas predomina a informalidade e a subutilização da força de trabalho. São 3,3 milhões de alagoanos residentes, 2,6 milhões em idade de trabalhar. A força de trabalho (pessoas ocupadas e desocupadas) forma um conjunto de 1,2 milhão. Desses, um milhão são os ocupados, 678 mil são empregados (nos setores públicos e privados e serviços domésticos), 30 mil empregadores e 274 mil trabalhadores por conta-própria (autônomos).

Em Alagoas, 548 mil pessoas fazem parte do conjunto dos ocupados, mas que estão na informalidade, sem contrato de trabalho ou, quando autônomos, sem documentação. Outras 565 mil pessoas são os subutilizados porque estão desempregados, desalentados ou trabalham horas insuficientes para ser considerado trabalhador pleno. Esse é o universo de trabalhadores majoritariamente pobres, sem trabalho regular ou garantias sociais.

A renda média do trabalho em Alagoas é mais baixa que a renda média do Brasil e da renda nordestina, além do grau menos elevado de escolaridade e da formação profissional deficiente dessa força de trabalho. Mesmo ocupada, a maioria dos trabalhadores não tem carteira no setor privado e os empregados domésticos e por conta própria recebem menos de um salário mínimo mensal.

Essa estrutura de renda da sociedade e de seus trabalhadores determina o perfil geral de renda das famílias em Alagoas. A PNAD 2016 revela a distribuição do rendimento médio pessoal dos 2,5 milhões de alagoanos com mais de 15 anos, com idade de trabalhar; e o rendimento médio dos mais de um milhão de domicílios existentes. Na população em idade de trabalhar, 705 mil não tinham rendimento, 389 mil recebiam entre meio e um salário mínimo e 778 mil tinham renda entre um e dois salários, perfazendo um total de 1,8 milhão de pessoas, ou 77% dessa população acima de 15 anos. Esse público compõe os públicos D e E de consumo (até 2 SM). No outro lado, encontram-se 451 mil alagoanos que recebem entre 2 e 3 salários, 86 mil entre 3 e 5 salários e 56 mil acima de cinco salários mínimos. Nestes três blocos estão as famílias dos chamados públicos A, B e C de consumo.

Maceió depende da renda dos beneficiários da Previdência Social e dos pagamentos às famílias inscritas no Programa Bolsa Família; e, no tocante as finanças públicas, são dependentes das transferências constitucionais obrigatórias e voluntárias (FPM, convênios, etc.).

Para o governo popular de Ricardo Barbosa e Elida Miranda, a Educação ganha o status de grande prioridade do governo e o atual desempenho do município no IDEB 2019 com média 5,4 para os anos iniciais e 4,3 para os anos finais mostra que há muito o que fazer. A educação pública municipal de hoje acorrenta à infância e juventude a um passado medíocre. Dados do IBGE de 2010, dos 6 aos 14 anos 95% das crianças e jovens estão na escola. Na cidade funcionam apenas 57 creches que não atendem a demanda da mulher trabalhadora de Maceió.

O governo popular de Ricardo Barbosa e Elida Miranda precisa também cuidar dos milhares de jovens analfabetos funcionais, dos desistentes da escola e do ensino médio e que estão nas periferias sem conseguir ver no horizonte alternativas à sobrevivência econômica. O governo do PT irá reinserir essa juventude em projetos de reeducação para o trabalho de maneira minimizar o esquecimento a que tem se submetido.

A Maceió do Século XXI mais se parece com uma cidade da agonia, fruto da exclusão crônica a que

vem sendo submetida à maioria do seu povo ao longo da história. Para essa gente excluída, o bonde da educação e da formação profissional pra inserção na sociedade do futuro, a do conhecimento, já passou. O Estado e a classe política subjacente não deram a esse povo a base pra colocar Maceió no trilho da sociedade do conhecimento. Muitas vezes, faltou até o pão de comer, que dirá educação de alto nível.

Maceió é a cidade que, para a maioria dos seus cidadãos, sempre foi sem nunca ter sido. A belíssima região do complexo lagunar Mundaú-Manguaba é o repositório dos esquecidos pelo poder público e de descaso com o meio ambiente.

Em meio a Pandemia mundial, a cidade respira sob uma nuvem sufocante de demagogia política e carência de projetos de futuro. Uma onda de intolerância e pré-conceito direcionada aos pobres, negros, jovens, LGBTIs, moradores da periferia, resulta em mais violência e intolerância e escassez de oportunidades.

O governo popular de Ricardo Barbosa e Elida Miranda será um governo de todos e pra todos. Olhará com a atenção devida pra o desafio de como inserir Maceió nos caminhos da sociedade do conhecimento, ao tempo em que atuará fortemente na diminuição da desigualdade e intolerância que atingem os mais desprotegidos e da periferia.

A crise econômica brasileira vem de antes da Pandemia, fazendo que uma retomada lenta das atividades econômicas não alterasse as taxas de desemprego e o agravamento da crise social. Maceió está inserida nesse contexto. Para piorar, desde o golpe contra o governo legítimo de Dilma Rousseff, para os mais pobres e vulneráveis sobra muito pouco do bolo porque os atuais governantes desacreditam no papel do Estado e das políticas públicas como antídoto aos males da recessão econômica e da exclusão social.

O governo popular de Ricardo Barbosa e Elida Miranda vai recolocar no debate e na prática das políticas públicas o papel decisivo do Estado na reorganização da vida econômica e social da cidade, sem ignorar a necessidade de governar com responsabilidade fiscal.

O momento presente da cidade de Maceió é um tempo de transição. Diante das dificuldades enormes à frente, o governo popular inclusivo e democrático de Ricardo Barbosa e Elida Miranda proporá projetos de futuro e esperança, competência técnica e compromisso com justiça e inclusão social. Projetos que sejam factíveis.

A Maceió do futuro não pode estar fora da discussão mundial da cidade digital, pois a era digital já revoluciona a economia e o mercado de trabalho e a comunicação entre as pessoas. Por conta disso, muitos empregos e profissões vão desaparecer, dando vez a novas atividades econômicas. Novos padrões de consumo vão ganhar espaço, e será exigido um novo contrato da sociedade e da cidade com relação à natureza, em razão das mudanças climáticas. É preciso olhar para o futuro se antecipando às necessidades e oportunidades. Os governos das cidades precisam tomar a dianteira no planejamento de um futuro que já chegou e que exige que a cidade mergulhe no universo da Ciência, da Tecnologia e Inovação e lidere um processo que envolve outros atores sociais e econômicos, públicos e privados para construir a agenda de desenvolvimento da cidade olhando para potencialidades e recursos à mão.

A educação de qualidade e inclusiva é a chave para tirar os indivíduos da margem da economia e colocá-los nas veredas do desenvolvimento econômico com distribuição de renda e dos empregos do futuro. Mudanças qualitativas só acontecerão no médio e no longo prazo, mas é preciso agir agora. Novos formatos de uma educação fundamental que anime os sonhos das crianças e da juventude são antídotos para a evasão escolar e os sofríveis indicadores de desempenho. A educação inovadora, estudos em robótica e lógica elementar, além das disciplinas consolidadas, precisam lidar com os desafios transversais da sustentabilidade, da tolerância e respeito ao próximo: são itens que não se pode descuidar. A escola fundamental precisa favorecer o entendimento da nova economia de baixo carbono de maneira a que este novo público consiga vislumbrar o futuro que já chegou pelas alternativas de trabalho e renda relacionadas. Maceió não pode aceitar que projetos de educação para a economia do futuro sejam apenas notícias sobre o que fazem outras cidades, aceitando um papel periférico. Só assim, a cidade poderá entrar na rota dos investimentos dos grandes players que apostam na economia do futuro.

Por suas praias e lagoas, Maceió possui conta com um contingente importante de pessoas e comunidades que vivem da pesca e da extração de frutos do mar. Até hoje, nada ocorreu que os capacitassem a gerir seu negócio pelos ganhos que a ciência e a tecnologia podem proporcionar. Vivem em uma economia tradicional do passado, esquecidos, com uma produtividade da pesca cada vez menor e sem maiores perspectivas de mudança.

Ricardo Barbosa e Elida Miranda compreendem que a ciência precisa ser um recurso à mão para dar respostas para uma economia da pesca, a poluição, a proteção ambiental; de que novos conhecimentos são necessários e podem ser mobilizados pelo poder público para alavancar a educação, alavancar novos

empreendimentos, empresas e empreendedores em sintonia com os novos tempos. Há uma comunidade de conhecimento competente em Maceió para acelerar a melhoria da educação como um todo.

Maceió não pode ficar de fora da rota da inovação e das mudanças tecnológicas, das biotecnologias, das nanotecnologias, das tecnologias digitais, das tecnologias “limpas” (energias renováveis), ainda mais que a cidade tem universidade e centros de ensino e as competências científicas e tecnológicas da cidade podem ajudar na construção da agenda para prover soluções que a cidade precisa. A Prefeitura de Maceió precisa assumir o protagonismo na criação de políticas que afetem profundamente as instituições e os projetos de futuro de seus cidadãos, a começar pelo estímulo à criação de empresas (startups) intensivas em conhecimento e ajustadas ao ambiente regional.

Maceió precisa equilibrar-se entre um projeto de desenvolvimento que olhe pra economia da inovação e o empreendedorismo e, ao mesmo tempo, não esqueça da multidão de excluídos. A inovação também é o caminho para incluir os excluídos socioeconômicos e pequenas empresas de menor densidade tecnológica, de maneira a fazer a recirculação de riqueza, do emprego e das oportunidades na cidade.

Maceió pode apostar na geração de produtos ou serviços baseados em tecnologias de baixo custo que concilia a inovação tecnológica, institucional e social para prover soluções que alcancem a população localizada na base da pirâmide socioeconômica. São inovações inclusivas, capazes de gerar especialização e geração de valor de produtos e serviços demandados local, na região e no país. Os empreendedores criativos de Maceió podem gerar soluções para os problemas de mobilidade, saúde e segurança, que melhorem a vida da população.

Maceió possui uma infraestrutura de PD&I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação) que cresceu ao longo do tempo em quantidade e qualidade mais por força da teimosia dos pesquisadores do que pelo apoio estruturado e perene do poder público. Os pesquisadores com pouquíssimo apoio se inseriram em redes de colaboração com outros pesquisadores e instituições do país e do mundo, fazendo que Maceió tenha sendimentado grande capacidade para a inovação em áreas estratégicas para o país. A cidade já possui um número considerável de doutores e mestres e continua a formá-los em bases necessárias para a alavancagem de novos projetos de desenvolvimento.

Hoje, infelizmente, Maceió se beneficia muito pouco das universidades e centros de pesquisa, tornando distante a atração de empresas intensivas em conhecimento e, na prática, incentivando jovens talentos da cidade a migrarem à procura de oportunidades.

O governo inclusivo e democrático de Ricardo Barbosa e Elida Miranda vai inovar e criar oportunidades sem deixar ninguém pra trás. Desenhará o caminho e os meios para colocar a cidade na rota da economia do conhecimento, mas não descuidará por um segundo sequer dos projetos de inclusão da multidão de esquecidos da economia e da cidadania. Para isso, o governo popular do Partido dos Trabalhadores não medirá esforços para prover as políticas públicas na área da inovação e empreendedorismo capazes de criar uma grande onda sustentável de projetos, empresas, empregos, renda e impostos virtuosos. No campo da economia criativa, a cidade poder ser, antes de tudo, uma cidade-evento, o ano inteiro, da cultura, da ciência, do entretenimento, dos negócios.

Mas, é de sonhos e da força do povo de Maceió que Ricardo Barbosa e Elida Miranda se alimentam pra submeter ao escrutínio popular projetos de esperança e de cidadania, de respeito ao próximo e de inclusão econômica, de inovação e tecnologia pra projetar Maceió no futuro e das políticas que recuperarão o tempo e a confiança para recomençar daqueles esquecidos pelas elites.

## MACEÍO DO CONHECIMENTO E ACOLHEDORA

A gestão Ricardo Barbosa terá pela frente o gigantesco desafio de colocar Maceió na rota do conhecimento. Isso significa trazer a ciência pra o centro da gestão municipal, seja na estruturação da própria gestão, seja difundindo o uso da ciência e da tecnologia em todas os serviços que chegam até o cidadão.

A Maceió Inteligente significa, na prática, disponibilizar ao cidadão uma variada tecnologia de maneira a facilitar sua vida na cidade: aplicativos de mobilidade, saúde e outros, WiFi livre. E toda a inovação tecnológica deverá estar à serviço de um processo de humanização da cidade.

Serão feitos os investimentos primordialmente nas áreas de saúde pública, turismo, segurança pública, democratização da gestão, tráfego urbano, meio ambientes (lixo, áreas verdes, poluição do ar, intervenções sanitárias). O monitoramento do espaço urbano, dos transportes coletivos e individuais e das escolas, da iluminação, permitirá que Maceió implemente o conceito de *ciudades inteligentes* (“smart cities”) e contrua diagnósticos das ações mais urgentes que demandam a ação do poder público municipal.

Na Maceió Inteligente, a tecnologia permitirá aumentar à eficiência da gestão com a obtenção rápida de dados sobre as variáveis urbanas, de maneira a viabilizar soluções racionais de urbanismo e arquitetura, infraestrutura, trânsito, indicadores sociais, econômicos e ambientais, entre outros, no esforço por equacionar problemas de mobilidade, educação, saúde, habitação, segurança, comunicação etc.

Toda a informação coletada formará um banco de dados sobre Maceió a ser disponibilizado aos cidadãos para que, estes, fiscalizem os atos do governo e para terem acesso rápido a serviços municipais, renegociarem débitos, redefinirem prioridades e participarem mais ativamente das soluções para os problemas.

A Maceió Inteligente (1) acompanhará os hábitos e as movimentações dos cidadãos pela cidade, identificando tendências, demandas e carências para atuar e integrar, potencializar, sanar; (2) incrementará a intersectorialidade e a transversalidade das ações complexas. Tudo sem ferir o direito a privacidade do cidadão.

A gestão Ricardo Barbosa observará algo caro ao Partido dos Trabalhadores: a dimensão social da tecnologia. Toda a estrutura da Maceió Inteligente estará a serviço das políticas públicas de inclusão social e redução das desigualdades e da segregação territorial. Conhecimento aplicado e mais racionalidade na gestão e na promoção da economia para que os recursos economizados sejam aplicados em áreas mais fragilizadas da vida urbana.

A gestão Ricardo Barbosa resgatará o papel regulatório do estado, agente competente para ampliar a participação do cidadão na solução dos problemas de Maceió e por todos os instrumentos que levem à democratização, maior transparência e, também, proteção da privacidade.

Na Maceió Inteligente será dada prioridade ao uso e desenvolvimento preferencial de software livre e padrões abertos, que permitam a colaboração da sociedade no desenvolvimento dos serviços, bem como garantam maior segurança e capacidade de auditoria.

A inclusão digital e o acesso às novas tecnologias ampliam as oportunidades e benefícios de aprendizagem para o trabalho, reforçando a atratividade do município para empreendimentos de alta intensidade em tecnologia e conhecimento.

Outra importante frente de inovação tecnológica advirá da cooperação intensa com as instituições de ensino e pesquisa da cidade na conversão do conhecimento produzido nas universidades em soluções para os inúmeros serviços públicos que a prefeitura presta ao cidadão. Educação, saúde, segurança pública, gestão do trânsito são exemplos de áreas de atuação da cidade que serão objeto de soluções a serem desenvolvidas pela comunidade científica e tecnológica de Maceió. A comunidade de ciência e tecnologia de Maceió será desafiada a inovar no sentido de prover um sistema de eficiência hídrica e eficiência energética para as escolas e postos de saúde do município, diminuindo os custos e melhorando os indicadores ambientais do município.

## PROPOSTAS

- 1- Criar um cartão único de identificação para o SUS e Cadastro para as Políticas Sociais
- 2- Criar sistemas que melhorem os serviços públicos da cidade: saúde, turismo, segurança pública, democratização da gestão, mobilidade urbana, meio ambiente (lixo, áreas verdes, poluição do ar, saneamento).
- 3- Criar sistemas que o cidadão possa acessar e ajudar no monitoramento dos serviços públicos da cidade: saúde pública, turismo, segurança pública, democratização da gestão, mobilidade urbana, meio ambiente.
- 4- Criar núcleos de tecnologia nos bairros para apoiar o uso dos sistemas pela população mais desfavorecida e distante das tecnologias digitais.
- 5- Integrar o planejamento e gestão de transportes, guarda civil, saúde e segurança pública.
- 6- Implementar a internet de alta velocidade para o uso de tecnologias digitais na educação básica em todas as Escolas Municipais, incluindo soluções para problemas como a ocorrência de pandemias.
- 7- Criar programas de inclusão digital e redução das desigualdades e da segregação territorial, estimule a aprendizagem para o trabalho.
- 8- Criar pontes que conectem as demandas dos serviços públicos de Maceió com as soluções que podem ser produzidas pelas Universidades e Centros de Ensino de Maceió.

## MACEIÓ DA ECONOMIA PRA TODOS

Maceió vive o enorme desafio de gerar emprego e renda e reverter um histórico marcado pela desigualdade social.

A Maceió do mandato popular de Ricardo Barbosa há de ser a cidade das micro e pequenas empresas, dos serviços, do turismo e da economia criativa e economia solidária.

Terra de contrastes, o desafio para a gestão Ricardo Barbosa é inserir na economia tradicional os excluídos econômicos que são os mesmos excluídos das políticas públicas e dos serviços públicos de qualidade, a começar pela educação em um tempo pregresso. São uma maioria localizada nos bolsões de pobreza e miséria das pessoas que perderam as chances para pegar o bonde da economia do conhecimento. De outro lado, há um nicho de pessoal qualificado à espera de oportunidades para o mundo econômico na rota da sociedade do conhecimento, que demanda que sejam criadas as oportunidades para empreender no campo da economia do futuro e fazer que Maceió deixe de ser um exportador de talentos para outras cidades de outros estados mais dinâmicos.

Maceió conforma uma região metropolitana com de 11 municípios e 1,3 milhão de habitantes, com um pequeno segmento industrial, uma rede educacional pública e privada, tecnológica, turística, cultural. Maceió tem uma importância nacional como destino turístico cujo potencial está aquém de suas possibilidades e vocação, seja para negócios, comércio, de eventos, religioso, cultural, gastronômico, desportivo e recreativo.

O crescimento da cidade de Maceió veio acompanhado do surgimento de problemas e demandas não atendidas em grandes proporções que transformaram a cidade em lugar de conflitos e de exclusão socioeconômica e cultural. A cidade perdeu a capacidade de se antecipar aos problemas e passou a ser governada pelos problemas cada vez mais fora de controle. Os governos da cidade passaram a ser governados pelo passado a bloquear os projetos de futuro. O planejamento se rendia ao imediatismo político e eleitoral que jogava a cidade mais distante de ser o lugar das oportunidades e da qualidade de vida.

O futuro econômico começa no presente e a palavra de ordem é de não deixar ninguém para trás. O governo popular de Ricardo Barbosa inclusivo e compartilhado seguirá fortemente instrumentalizando as pessoas a cuidarem melhor de si próprias e a participarem da vida da comunidade. Educar para a cidadania e pra incluir as próximas gerações na economia do conhecimento.

Para além de uma economia já sedimentada como a do turismo (que pode ser ainda mais incentivada), assim como o comércio e serviços, um caminho promissor aponta para a criação de empresas da economia criativa e de pequenas empresas de base tecnológica. Isto exige um nível de interação inédito entre o poder público e a comunidade de ciência, tecnologia e inovação de Alagoas, no incentivo para os jovens criativos e empreendedores criarem suas empresas baseadas na economia do conhecimento.

Maceió não pode aceitar o destino de ser uma capital da periferia da economia do nordeste e do Brasil. Há grandes contingentes populacionais alheios à dinâmica avançada da economia e a população jovem qualificada não encontra políticas que incentivem a criação de pequenas empresas de tecnologia.

Descobrir os nichos econômicos e avançados e promover ampla inclusão econômica dos contingentes segregados, excluídos da cidade são desafios que tem que caminhar juntos. Para isso, é preciso enfrentar os problemas gerados pelas lacunas na educação dos jovens na periferia e buscar alternativas pedagógicas para remediar um tempo já perdido para incluir parcelas significativas da juventude da periferia na economia formal da cidade.

A agricultura familiar periurbana pode ser um importante fator de geração de emprego, renda e redução das desigualdades.

Maceió possui mais de 46% das Micro e Pequenas Empresas do estado que representam aproximadamente 95% das empresas ativas de Alagoas, distribuídas por atividades econômicas diversas no comércio, serviços e a indústria de transformação. Mais da metade das MPEs do estado estavam no setor do comércio (54,3%), seguidos de serviços (30,7%), indústria de transformação (7,8%), construção civil (4,2%) e outras atividades (3,1%). As 65 mil empresas contribuem decisivamente com a arrecadação do ISS e demais impostos para o estado e Maceió, além de criarem o maior número de postos de trabalho, gerando mais renda para a população local.

As micro e pequenas empresas de Maceió tem se deparado com enormes dificuldades. São empresas que contam predominantemente com analfabetos, pessoal com fundamental incompleto e pessoal com fundamental completo/médio incompleto. A Prefeitura de Maceió tem o papel fundamental no processo de fortalecimento dos microempreendedores individuais e das micro e pequenas empresas, seja intensificando as ações de capacitação e qualificação da mão de obra, seja induzindo as agências financiadoras a um maior financiamento.

Uma gestão econômica eficiente para a Maceió do futuro requer a formação de parcerias para novos arranjos que incrementem a qualidade das micro e pequenas empresas da cidade. Assim, o Sistema S, formado por entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional e qualificação da mão de obra (SEBRAE, SENAC, SENAI, SESI, SESC), a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo



(SEDETUR); a Agência de Fomento de Alagoas (DESENVOLVE); a Junta Comercial do Estado de Alagoas (JUCEAL); o Sistema Nacional de Emprego (SINE Alagoas); o Banco do Nordeste (BNB), dentre outros, são parceiros estratégicos para desenhar políticas mais eficazes para a qualificação das micro e pequenas empresas de Maceió.

Maceió precisa ser mais efetiva no uso do programa de compras governamentais como política para fomentar o empreendedorismo local, impactando também na geração de emprego e renda para a população, na garantia prevista em lei de 30% das compras públicas.

Maceió precisa ingressar no universo das incubadoras de empresas do futuro, ajudando empreendedores no desenvolvimento de suas ideias inovadoras e a transformá-las em empreendimentos de sucesso. A Prefeitura deve apoiar incubadoras já existentes ou criar a sua própria, oferecendo infraestrutura, capacitação e suporte gerencial, orientação (administração, comercialização, finanças e jurídica) dos empreendedores. As poucas incubadoras existentes em Maceió têm dificuldades para auxiliar as micro e pequenas empresas a superar algumas falhas de mercado, gerar emprego e renda para a população e aumentar a arrecadação de impostos. Elas precisam de um suporte institucional entre a Prefeitura e as universidades e centros de ensino para que possam vingar e gerar frutos. As incubadoras podem ser de base tecnológica, tradicionais, mistas e de tecnologias sociais.

Micro e pequenas empresas, juventude empreendedora levam a Prefeitura ao ponto principal para onde devem convergir todas as políticas: a educação empreendedora para os jovens. Essa é a agenda mundial, brasileira e Maceió não pode ficar de fora. Trata-se de divulgar a cultura de empreender e disseminá-la desde cedo e a escola tem um papel fundamental nesse processo. O SEBRAE, por meio do Programa Educação Empreendedora, já realiza um trabalho relevante que precisa ser incrementado com os esforços da Prefeitura para incluir conteúdos de empreendedorismo no currículo de alunos de ensino fundamental, médio, técnico e superior. É possível alcançar todos os grupos excluídos através de ações habilitadoras e capacitadoras para o trabalho em equipe, espírito crítico, capacidade de comunicação, liderança, autonomia, gestão de projetos, pensamento estratégico, criatividade etc.

A gestão popular inclusive e compartilhada de Ricardo Barbosa acredita que ninguém deve ficar pra trás e excluído dos ganhos econômicos. Por isso, programas baseados na Economia Solidária terão um importante papel na formação cooperativas, associações, grupos informais e sociedades mercantis que buscam, por meio do trabalho coletivo, prosperar econômica e socialmente tendo como elemento de ligação os empreendimentos econômicos solidários (EES) que devem ser geridos de maneira democrática, regida por princípios (equidade nas relações, o trabalho colaborativo, a sustentabilidade ambiental, a cooperação e o compromisso com a comunidade).

Maceió tem um enorme potencial para criar empreendimentos econômicos solidários ligados a atividades de produção, comercialização, serviços, finanças solidárias, etc., seja no meio urbano e rural em atividades, como por exemplo, o artesanato, agricultura familiar, agroecologia, pesca/aquicultura, crédito, coleta e reciclagem de materiais reutilizáveis, etc.

A Maceió Inteligente e economicamente viável precisa equalizar grandes custos com ações corajosas como as de dotar as escolas e unidades de saúde de autosustentabilidade energética e reuso de água, gerando economia de custos e criação de renda a serem revertidas na própria infraestrutura das escolas e da qualidade da água.

Outra medida urgente trata da discussão sobre a dívida pública da cidade de Maceió. Disso depende a soma de mais recursos para educação, saúde, mobilidade urbana, meio ambiente, cultura, lazer e direitos.

## PROPOSTAS

1- Estimular as Micro e Pequenas Empresas seja da economia tradicional (comércio, serviços, construção civil etc.), seja da economia solidária, economia criativa e de base tecnológica (startups), amparando-as com a política de compras públicas municipais e quanto às cadeias de valor de grandes empresas e buscando parcerias para o financiamento das MEs.

2- Fortalecer a educação profissional para que a população pobre e excluída (negros, jovens, pessoas com deficiência, os excluídos educacionais — analfabetos, baixa escolaridade —, moradores de rua, desempregados) da economia formal possa disputar os empregos.

3- Fortalecer o turismo: organizar a agenda turística com os parceiros (empresas privadas, governo estadual, agências de fomento), incrementar médios e grandes eventos na cidade (promoção através de mídia profissional), atrair empresas nacionais e internacionais da área de entretenimento para investimentos em Maceió, segmentar as modalidades de turismo (negócios, entretenimento, científico).

4- Promover a inclusão econômica e combater à informalidade, respeitando à diversidade de gênero, raça, etnia, orientação sexual e deficiência, egressos do sistema penitenciário, jovens que cumprem medidas socioeducativas e população em situação de rua.

5- Ampliar o papel da agricultura familiar urbana e periurbana como política de segurança alimentar e nutricional, no enfrentamento à exclusão social, por meio do fortalecimento da intermediação mercantil e do incentivo à comercialização e das compras públicas desses produtos.

6- Fortalecer a agricultura familiar, urbana e periurbana, incentivando o aumento da produtividade e a diversidade da atividade agrícola por meio do modelo de produção orgânica; adequação das unidades produtivas, uso sustentável das áreas, com a criação do cinturão verde de agricultura periurbana, promovendo a recuperação ambiental, a reutilização dos resíduos orgânicos e de processos de compostagem, ampliação de alimentos orgânicos na alimentação escolar.

7- Reinsere no mundo econômico, através da qualificação profissional, a população pobre e excluída da região lagunar (Pontal, Trapiche da Barra, Vergel do Lago, Ponta Grossa, Levada, Bebedouro e Santa Amélia). Vislumbrar alternativas para além da cadeia produtiva do sururu.

8- Recuperar, como ação estruturante para a inclusão econômica, as bases de educação, saúde, segurança, infraestrutura para aumentar as chances das crianças e da juventude não sucumbirem às amarras da desigualdade: evasão escolar, drogadição, gravidez na adolescência, mortes violentas.

9- Auditoria da dívida pública do município.

10- Promover parcerias com universidades e o setor produtivo, para fomentar a inovação que induza o fortalecimento das cadeias produtivas do município, o aumento da competitividade das empresas e a geração de benefícios em escala para a cadeia de fornecedores.

## MACEIÓ CULTURA VIVA

Para o governo popular petista de Ricardo Barbosa, a cultura nos diz, enquanto patrimônio material e imaterial, o que somos e no que acreditamos como sociedade. A cultura é repositório de valores que precisam ser preservados, uma vez que mobilizam formas de conhecimento e crenças compartilhadas porque arraigadas. Uma forma destacável da manifestação da cultura está no universo das artes. Através delas se pode ver a rica simbologia e as concepções herdadas, visões de mundo que conectam os homens e dizem muito de suas disposições em relação à vida.

O mandato popular de Ricardo Barbosa vai apoiar projetos das várias linguagens artísticas (teatro, dança, música, circo, cultura digital) voltados para os estudantes e escolas e para públicos difusos. De forma complementar, é urgente o respaldar as iniciativas que vem da classe artística da cidade, trazendo-a para interagir com os professores nas escolas da rede municipal, seja como oportunidade de negócio com geração de emprego e renda.

A escola deve funcionar como conservatório da cultura nordestina e alagoano, como instituição fundamental para a formação de novos apreciadores e agentes de propagação da cultura. A escola é um lugar privilegiado de descoberta de talentos para as artes em geral. Todo conteúdo das diversas formas culturais precisa compor com o projeto pedagógico acessível aos alunos.

As políticas devem valorizar as expressões culturais que advém dos bairros, ruas, feiras e festas.

É necessário realizar a Conferência Municipal de Cultura com a participação social de todos os segmentos artísticos e da cultura maceioense, incluindo representantes das culturas populares, tradicionais, negras e periféricas, afirmando o respeito as diversidades culturais e identidades étnicas, raciais, religiosas, nacionais, de gênero, de orientação sexual, de idade e de territórios. Desse ambiente de acolhimento cultural deve nascer um (1) Plano Municipal de Cultura espelhado nos anseios dos atores devotados à causa da cultura e um (2) Fundo Municipal de Cultura (FMC) para financiar os programas de fomento que contemplem a reivindicação de novos segmentos culturais da cidade. O FMC é uma medida que atende ao objetivo de aumento do orçamento para a área cultural, combinado com outras formas de captação de recursos, como a criação de um Fundo Patrimonial (Endowment Fund) para carrear recursos de doações de pessoas físicas.

As escolas podem exercer um papel ainda mais relevante no campo cultural ao servir de espaço para à exibição de filmes para a comunidade, com ingressos gratuitos, democratizando a experiência cinematográfica para públicos que não têm acesso aos cinemas dos shoppings.

Mas, a cultura tem igualmente um significado enquanto riqueza estratégica que pode gerar frutos pra economia local e para as comunidades. Maceió pode ser o terreno fértil para os projetos de Economia Criativa que transforma produtos da cultura tradicional em produtos palatáveis para uma novas plataformas, novos



formatos e novos ambientes de consumo, com grande agregação de valor e renda. Assim é que elementos da cultura alagoana podem dar vida a desenhos animados e games (de entretenimento e/ou com finalidade educacional). O espectro de manifestações culturais da economia criativa compreende setores como os de Patrimônio (material e imaterial, arquivos e museus), Expressões Culturais (artesanato, artes visuais, fotografia, gastronomia, culturas populares, culturas indígenas, cultura e/ou festa quilombola), Artes de Espetáculo (dança música, teatro e circo), Audiovisual (cinema, televisão, vídeo, rádio e web), Criações Funcionais (moda, design, arquitetura e urbanismo, publicidade, aplicativos e games) e Turismo. Como asseverou a FIRJAN, em 2013, os trabalhadores da indústria criativa granjearam uma renda média bem superior à média nacional. Além disso, 92% dos empregos criativos estão concentrados em micro e pequenas empresas, que expressa a realidade da maioria das empresas de Maceió. E, contudo, a riqueza cultural alagoana e maceioense tem sido subutilizada dentro da economia criativa global, quando deveria ser um celeiro de empreendedores desenvolvendo ideias de produtos e processos inovadores, visando à criação de empresas (ou dinamização das já existentes) geradoras de empregos, renda, e maior arrecadação de impostos para a cidade.

O governo popular inclusivo e compartilhado de Ricardo Barbosa reorganizará e dinamizará o calendário anual de programação cultural que inclua: (1) Carnaval; (2) Festas Juninas; (3) Festa do folclore brasileiro; (4) Virada (ou Sururu) Cultural (tudo ao mesmo tempo: rock, forró; folclore; música clássica, dança, teatro) simultaneamente em vários bairros; Natal e Ano Novo.

Em todas as situações o que se pretende é trabalhar o produto festa para que ele cresça e ganhe em proporções mercadológicas: turistas, renda, empregos (temporários e não temporários), segmentos econômicos correlatos.

Todas as festividades-eventos tem que ser distribuídas pelos bairros e não concentradas apenas na beira-mar.

## PROPOSTAS

1- Democratizar as oportunidades de acesso a bens e serviços culturais de qualidade e de livre manifestação cultural para toda a população de Maceió.

2- Executar/exercitar à intersectorialidade da cultura relativamente às agendas da educação, esporte e o desenvolvimento econômico.

3- Democratizar o processo de discussão e deliberação sobre os caminhos da política cultural no município.

4- Fazer de Maceió um centro de experimentação e inovação cultural com impacto na melhoria dos indicadores socioeconômicos, educacionais e de combate à violência e ao preconceito.

5- Fortalecer à Economia Criativa em em sintonia com as práticas colaborativas e de economia solidária nas atividades culturais e artísticas.

6- Adotar políticas à Economia Criativa de maneira a gerar altos benefícios sociais e econômicos para a cidade, distribuindo renda, trabalho e oportunidades para os que fazem arte e cultura.

7- Apoiar a profissionalização de artistas e realizadores da cultura em vários níveis de inserção no mercados de bens culturais.

## MACEIÓ GOVERNO PARTICIPATIVO E TRANSPARÊNCIA

Implementar a descentralização e o poder local como prática democrática efetiva, como método de governo, para assegurar as liberdades sempre ameaçadas pelas tendências centralizadoras das próprias democracias. A descentralização e governo local são importantes para oportunizar a participação cidadã, à efetiva garantia de direitos e dos interesses comuns dos maceioenses.

O governo popular de Ricardo Barbosa não será impositivo, apartado do povo e exercido de forma burocrática, à revelia das necessidades das comunidades. A governança será firmada com base em relações horizontais de poder nas quais as pessoas são agentes ativas nos diagnósticos, críticas e também das soluções para os problemas.

O mandato popular de Ricardo Barbosa enfrentará o desafio contemporâneo de uma democracia brasileira aprisionada pelo capital financeiro, a grande mídia e outros grupos de interesses divorciados das demandas reais das comunidades.

No mandato popular de Ricardo Barbosa serão criados os instrumentos de governança que tornem factível a participação das comunidades, melhorando a gestão dos serviços públicos de forma ágil e em atenção às necessidades reais e locais.

### Combate à corrupção:

O mandado popular de Ricardo Barbosa fará do combate aos malfeitos do serviço público e à corrupção um imperativo. A gestão Haddad Controladoria Geral do Município (CGM) em São Paulo combateu com eficácia a corrupção e conseguiu recuperar (1) R\$ 300 milhões ao desbaratar a quadrilha da Máfia dos Fiscais; (2) R\$ 134 milhões da Máfia do ISS, formada por auditores concursados que extorquiam comerciantes e cobraram, por mais de 10 anos, propinas de empresas para usufruírem de descontos ilegais no pagamento do Imposto Sobre Serviços e do Habite-se; (3) recursos referentes à Operação Urbana Água Espriada (da administração de 1993 a 1996), no total de R\$ 145 milhões. A gestão Haddad (4) auditou contratos de secretarias e subprefeituras de três anos anteriores, o que permitiu uma economia de recursos públicos da ordem de R\$ 58 milhões. Também foram (5) recuperados R\$ 300 milhões em ativos (imóveis, automóveis, barcos). No total, a gestão Haddad conseguiu recuperar, com a adoção de medidas de monitoramento e inteligência, o incrível montante de R\$ 937 milhões de reais em valores não atualizados.

A gestão Ricardo Barbosa, diante da complexidade do processo de compras e contratações públicas e da dificuldade do controle social não há de inventar a roda, há de ter coragem para divulgar todos os contratos e convênios firmados pela Prefeitura, na íntegra; acompanhamento das despesas com cada fornecedor. Há de (1) fortalecer as Ouvidorias das secretarias como ponto sensível à captação dos reclamos da população como ação de controle social da qualidade dos serviços e dos gastos públicos, e (2) criar a Controladoria Geal do Município. É preciso garantir a integridade das compras públicas municipais criando mecanismos e procedimentos que, para além do processo de licitação, inclua a avaliação de necessidades e a gestão de contratos que não negligenciem também situações excepcionais, como contratações emergenciais.

Há que se investir em ações de prevenção e combate à corrupção, com criação de ferramentas que permitam mostrar a qualquer cidadão interessado toda a trajetória de uma contratação, desde à abertura de uma licitação até à execução e pagamento de serviços. A transparência exige o investimento na modernização da gestão e implementação de um Sistema Eletrônico de Informações (SEI), um sistema de gestão de processos e documentos eletrônicos que promove a transparência e a automatização dos fluxos de trabalho, reduzindo o uso do papel.

Uma gestão transparente e eficiente no combate à corrupção se alimenta da participação social e do fortalecimento dos canais e mecanismos participativos apoiados na realização de diversas conferências municipais e de empoderamento dos Conselhos Municipais.

### PROPOSTAS

1- Criar o Orçamento Participativo de Maceió de maneira a descentralizar o orçamento municipal e sua execução a partir das demandas e necessidades advindas das comunidades dos bairros e por ordem de prioridade.

2- Planejar a gestão municipal de maneira a reduzir as desigualdades nas áreas sociais (saúde, educação, assistência social, cultura e esportes) dentro da própria cidade Maceió.

3- Criar mecanismos e ferramentas que ampliem a participação popular e comunitária na definição das prioridades.

4- Articular relações de parcerias com outros entes públicos (estadual e federal) e privados para obter maior eficiência no uso de recursos e busca de soluções comuns.

5- Fortalecer políticas e procedimentos de controle da sociedade e do poder público voltados à prevenção e combate à corrupção.

6- Abrir canais de discussão com o funcionalismo público para reestruturar as carreiras dos servidores públicos acompanhada da recomposição salarial justa.

7- Reorganizar os canais de atendimento ao cidadão, garantindo o acesso por distintos meios a todos os públicos, facilitando o acesso às informações sobre os serviços públicos.

8- Ampliar a participação popular nos processos de elaboração dos instrumentos de planejamento e orçamento, avançando em mecanismos de participação digital.

9- Simplificar e informatizar os processos envolvidos na gestão das parcerias com organizações da sociedade civil, visando ampliar a transparência, a produção de dados e a efetividade das parcerias realizadas.

10 Criar a Controladoria Geral do Município (CGM) de Maceió para cuidar dos assuntos relativos à defesa do patrimônio público e ao incremento da transparência da gestão, por meio das atividades de controle interno, auditoria pública, correição, prevenção e combate à corrupção e ouvidoria.

## UMA MACEIÓ DE TODAS AS VOZES

Não há qualquer possibilidade de democracia sem que os cidadãos e cidadãs tenham o pleno direito de expressar as suas ideias e opiniões no espaço público. E em sociedades cada vez mais mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação, o direito fundamental à liberdade de expressão deve ser garantido também por meio das diferentes mídias.

Nesse sentido, efetivar a Comunicação como um direito humano significa promover políticas públicas que possibilitem o acesso, a produção e a difusão de vozes plurais.

Para termos um exemplo de como esse é ainda um caminho necessário, Alagoas é o estado com o quarto menor índice de residências com acesso à internet do país. Enquanto a média nacional é de aproximadamente 80% dos domicílios com acesso à rede mundial de computadores, o nosso estado possui apenas 67% das suas casas com internet.

Na nossa capital Maceió, cerca de 20% das casas ainda não têm internet e quase 80% de todas as pessoas que utilizam a rede o fazem através de aparelhos celulares, com planos que não permitem um acesso de qualidade.

Quando observados os veículos de radiodifusão – rádio e TV – percebemos um controle quase absoluto da audiência de Maceió em poucos grupos, que não raro se alinham às elites econômicas e políticas de nossa cidade.

Ao mesmo tempo, múltiplas iniciativas de comunicação e cultura populares, alternativas e independentes são promovidas nos bairros da cidade, sendo fundamental o apoio do poder público municipal para a sustentabilidade.

Mudar esse cenário é, portanto, fundamental.

Uma cidade de variadas expressões culturais, raciais, de gênero e sexualidade, geracionais e territoriais, a nossa Maceió deve ser diversa também quando falamos em Comunicação. Porque o nosso povo deve se ver, se ouvir e se sentir verdadeiramente representado.

Esse é um compromisso da nossa pré-candidatura. Por isso, apresentamos aqui **13 propostas para as comunicações em Maceió**.

1. Criar um programa de acesso amplo e gratuito à internet de qualidade por meio de postos de conexão (locais com equipamento e estrutura necessárias) nas praças, mercados, escolas, bibliotecas e órgãos públicos, respeitando a privacidade de dados dos cidadãos e cidadãs.

2. Empenhar esforços junto à ANATEL e Ministério das Comunicações para concessão de outorga de uma emissora pública municipal de rádio, a exemplo da Frei Caneca FM, administrada pela Prefeitura de Recife/PE.

3. Desenvolver, em diálogo com associações de bairros, um Plano Diretor de Radiodifusão Comunitária e, a partir de convênio com o Ministério das Comunicações, prestar assessoria técnica às associações que pleiteiem a exploração do serviço na cidade.

4. Inserir, por meio de um amplo processo de discussão com as comunidades escolares, conteúdos sobre Educação para a Mídia nas escolas da rede pública municipal, tendo como uma das ações prioritárias a formação dos/as educadores/as na temática.

5. Realizar um Mapeamento das iniciativas de comunicação realizadas em Maceió, sistematizando informações por tipo do veículo (rádio, TV, internet, impresso, audiovisual, etc.), pelo caráter (com ou sem fins lucrativos) e por localização geográfica.

6. Promover um estudo técnico, a partir do Mapeamento citado acima, com vistas à distribuição das verbas publicitárias, de modo a alcançar o máximo de grupos e coletivos de comunicação.

7. Realizar anualmente o Edital de Apoio às Mídias Populares e Independentes de Maceió, com o objetivo de estimular a criação e o desenvolvimento de diferentes mídias por grupos vinculados a organizações da sociedade civil.

8. Garantir acessibilidade às pessoas com deficiência em todas as comunicações oficiais da Prefeitura de Maceió e ampliar os mecanismos de governo eletrônico para os diversos serviços prestados à população.

9. Realizar concursos públicos para jornalistas, radialistas e demais trabalhadores e trabalhadoras da comunicação, garantindo o respeito ao piso salarial e jornada de trabalho desses profissionais.

10. Elaborar um Guia de Comunicação que oriente a linguagem a ser utilizada pelas secretarias e órgãos da administração pública municipal, de modo a não promover silenciamentos e preconceitos nas comunicações oficiais da Prefeitura.

11. Criar, no âmbito da Secretaria Municipal de Comunicação, a Diretoria de Políticas Públicas de Comunicação, responsável pela coordenação, de forma intersetorial, de todas as ações da área.

12. Estimular o protagonismo da sociedade civil na proposição e fiscalização das políticas de comunicação a ser executadas pela Prefeitura, através da criação do Conselho Municipal de Comunicação e da realização, com periodicidade bianual, da Conferência Municipal de Comunicação.

13. Transformar os espaços culturais municipais em Centrais Populares de Comunicação e Cultura, tornando-os ambientes não apenas de acesso da população às artes, mas de produção de iniciativas de comunicação, cultura e tecnologia.

## MACEIÓ DA SEGURANÇA CIDADÃ

O mandato popular inclusive e compartilhado de Ricardo Barbosa se ampara no histórico do Partido dos Trabalhadores na defesa de programas e ações voltadas pra uma reforma profunda do sistema de segurança pública do país, desde o governo do Presidente Lula em 2002. O plano de Ricardo Barbosa reforça o papel da sociedade no controle social sobre a segurança municipal. Para isso é imperativo uma política de controle do uso da força pela polícia, submetida a um treinamento em correspondência com as melhores práticas de proteção ao cidadão conhecidas no mundo democrático e voltadas à prevenção e mediação de conflitos. Impõe-se o funcionamento de uma Ouvidoria efetivamente independente e o apoio aos policiais no tocante às condições melhores à saúde mental.

O sistema de segurança pública do país pouco se modernizou e, em 2017, o Brasil registrou 63.880 mortes violentas, principalmente em estados do Nordeste, vitimando na sua maioria jovens, pobres, negros e das periferias. É urgente e necessário um amplo Programa de Redução dos Homicídios em Maceió e políticas estruturantes para a juventude, em especial, para os jovens periféricos. Políticas focadas na prevenção, que incorpore novas tecnologias.

A responsabilidade pela Segurança Pública é do Estado, cabendo a ele o enfrentamento da criminalidade comum e a organizada (polícias civil e militar). Aos municípios cabe ação complementar, sobretudo na prevenção do crime e da violência. O conceito de Segurança Cidadã pode ser definido como articulação permanente de ações preventivas policiais e ações sociais que permitam uma atuação sistêmica do município sobre as raízes socioculturais da violência por meio de políticas integradas, multisetoriais e territorializadas.

Mas a segurança municipal preventiva cidadã depende também de variáveis extrapoliciais tais como o ambiente comunitário, os equipamentos coletivos de qualidade, a infraestrutura social e urbana, o meio ambiente e os serviços de utilidade pública. Isto porque parte dos problemas de segurança vivenciados pelos cidadãos no espaço público não se limita a intervenção policial. A violência é multicausal, por isso requer cooperação das comunidades e dos diversos órgãos públicos prestadores de serviços essenciais à população para promover seu enfrentamento e prevenção. A iluminação pública nos bairros, fiscalização de posturas relativas ao ordenamento e uso e ocupação urbano e rural, o saneamento básico, a zeladoria da cidade são fatores que contribuem para a qualidade de vida e para prevenir a violência e, portanto, constituem-se em ação complementar da segurança pública.

Ricardo Barbosa será o gestor principal da política municipal de segurança cidadã e principal articulador da política de segurança em suas múltiplas interfaces e alcance intersetorial. O ponto de partida será sempre baseado no conhecimento das realidades socioeconômicas, educacional, de acesso a serviços e dos fatores geradores de vulnerabilidade relacionados à geração da violência. A palavra de ordem é atacar prioritariamente as causas.

### Propostas

1- Realizar Fóruns Comunitários com a participação da sociedade civil local (intersectorial e integrada) e todos os segmentos sociais visando a ampliação do capital social, o fortalecimento das redes locais e de solidariedade e o fomento da cultura de paz.

2- Projeto *Guardiã Maria da Penha*, em uma parceria entre as secretarias de segurança urbana, secretaria de promoção das mulheres e o ministério público, com vistas à proteção contra todas as formas de violência e o feminicídio em Maceió.

3- Vídeo-monitoramento Integrado da Cidade por meio das novas tecnologias para ampliar a segurança e inibir a violência de forma integrada ao monitoramento de outras forças de segurança.

4- Gestão de Informação a partir de dados agregados de diversas secretarias municipais (infância e juventude, saúde, educação etc.) para a realização de cruzamento de dados qualificados.

5- Abertura das escolas municipais nos finais de semana para disponibilizar mais espaços de lazer, cultura e esporte às comunidades.

6- Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGI-M) com todas as secretarias sociais do governo, a secretaria de segurança e os representantes das polícias estaduais na cidade, para aumentar o fluxo de informação sobre serviços e ações de governo e diminuir fatores de risco da violência.

## DIREITO À CIDADE E POLÍTICA URBANA SUSTENTÁVEL

Maceió é marcada por grande desigualdade territorial, a dinâmica de mobilidade e ocupação da cidade é restrita a circulação precária e distribuição injusta dos espaços urbanos, onde a população mais vulnerabilizada vivencia o afastamento dos centros e pouco incentivo à ocupação de espaços da cidade. Os territórios de pobreza são interligados as debilidades econômicas, físicas e sociais que caracterizam os espaços dos pobres da cidade. Estes espaços são marcados por um ciclo intergeracional de pobreza, a dificuldade na mobilidade social e a prevalência de pessoas pretas e pardas em periferias e grotas.

O planejamento urbano e habitacional para Maceió ao longo dos anos tem dado uma resposta inadequada aos problemas da cidade, e contribuído para a exclusão e a segregação. A crise ambiental que se manifesta, sobretudo, pela exploração indiscriminada dos solos com as atividades de mineração, é fruto do fracasso na implementação e fiscalização de políticas ambientais, e tem trazido sérios problemas para Maceió, um destrutivismo que está aniquilando bairros importantes para a cidade como Pinheiro, Bebedouro, Mutange e Bom Parto, e com eles famílias e décadas de história do povo maceioense.

Uma nova ordem produtiva demanda uma nova ordem espacial, onde a busca por outros modelos de ocupação do solo, a revalorização do transporte público, o incentivo à mobilidade ativa e a conservação dos ativos ambientais exigem novos paradigmas na formulação das políticas públicas. A agenda histórica da reforma urbana, antes centrada na luta pelo direito à moradia digna, hoje é incrementada pela demanda por mobilidade, bens e serviços urbanos de qualidade. A população jovem, majoritariamente nascida sob uma cultura já urbana, está questionando a vida cotidiana da cidade. A integração das agendas da mobilidade, acessibilidade, direitos humanos, cultura e desenvolvimento urbano convergirão em um amplo processo de democratização do espaço público. O solo urbano é um bem finito e é previsível que seja objeto de intensa disputa.

O poder público tem um papel central na mediação dos conflitos. Dessa forma, enfrentar o problema de moradia e garantir do direito à cidade é uma das propostas da gestão inclusiva e compartilhada de Ricardo Barbosa, com um atendimento habitacional que responda as demandas em todas as regiões da cidade, periféricas e centrais. Isso se dará por meio da produção e adequação de moradias novas, locação social, urbanização, regularização fundiária, melhorias habitacionais, assistência técnica, mediação de conflitos fundiários, moradia transitória, regulação e fiscalização do mercado privado (cortiços, aluguéis e construção de moradias), com gestão democrática, articulada com os programas das outras secretarias e implementação e fiscalização das políticas de preservação do meio ambiente.

### PROPOSTAS:

1- Promover amplo debate entre representantes dos trabalhadores, empresários, comércio, indústrias e consumidores visando instituir uma política de sustentabilidade com foco na geração de emprego e renda, na qual cada setor apresenta as propostas.

2- Estimular/Ampliar a coleta seletiva e a reciclagem dos resíduos sólidos gerados na cidade, com a utilização de inovações tecnológicas.

3- Implementar uma política de acesso à terra/imóveis para produção de habitações populares (HIS): aquisição de imóveis no centro e bairros com infraestrutura, equipamentos e emprego para produzir HIS com recursos do orçamento municipal e dos programas dos governos federal e estadual.

4- Fortalecer o diálogo com a sociedade, em especial com os movimentos e organizações de defesa do direito à moradia e à cidade.



- 5- Fortalecer a fiscalização ambiental, seja pelo fortalecimento do setor na gestão, seja pelo incentivo à participação social na fiscalização e controle.
- 6- Ampliar as ações voltadas à educação ambiental na cidade.
- 7- Ampliar a participação e a transparência na gestão das áreas verdes, parques e praças da cidade.
- 8- Ampliar as áreas verdes, arborizadas e parques da cidade.
- 9- Fortalecer a gestão das áreas verdes da cidade.
- 10- Descentralizar a gestão e as ações relacionadas à ocupação de espaços públicos, envolvendo uma multiplicidade de grupos, coletivos e locais de Maceió.
- 11- Estimular a apropriação coletiva do espaço público a partir de uma gestão democrática dos conflitos.
- 12- Potencializar a proteção dos usos históricos e a valorização do patrimônio.
- 13- Fomentar o uso do espaço público, priorizando ações de requalificação e gestão.
- 14- Priorizar e promover investimentos públicos nas áreas de maior vulnerabilidade social a partir de programas de desenvolvimento local induzidos por projetos urbanos de alto impacto social.
- 15- Efetivar um programa de locação social para atender populações em risco que demandam desocupação provisória urgente até moradias adequadas e seus territórios sejam requalificados, em oposição com a cultura do desrespeito dos despejos e das desocupações violentas. É o caso das populações vulneráveis nas áreas da beira das lagoas.
- 16- Criar condições para investimentos descentralizados que combinem diversas políticas setoriais.
- 17- Investir em estratégias mais efetivas de proteção ambiental a partir de usos sustentáveis que combinem a produção de alimentos orgânicos, ecoturismo, políticas de geração de renda e desenvolvimento rural e a ampliação das zonas de proteção ambiental e preservação dos recursos geológicos e hídricos.
- 18- Priorizar a implementação de projetos estruturantes na cidade que apontam para o aprofundamento das políticas de inclusão produtiva e diminuição das desigualdades.

## **MOBILIDADE URBANA E QUALIDADE DE VIDA**

Para melhorar a mobilidade urbana em Maceió, é preciso ter ousadia. Só sendo usuário dos transportes públicos da cidade (via de regra os coletivos urbanos) para compreender o quão desumano pode se tornar o cotidiano de alguém que passa até 5 horas no trajeto casa-trabalho-casa, estando dentro ou à espera de um ônibus. Portanto, o prefeito de Maceió precisa realizar uma verdadeira revolução na mobilidade urbana da cidade. E é isso o que pretende Ricardo Barbosa.

### Propostas:

- 1- transporte de massa. Com mais de 1 milhão de habitantes, já passou da hora de se implementar um transporte de massa nos grandes eixos de Maceió, permitindo uma condução rápida e eficaz de um grande número de pessoas. Esse modal pode ocorrer com a implementação de um metrô subterrâneo vencendo as avenidas Fernandes Lima e Durval de Góes Monteiro, um metrô de superfície pelo vale do Reginaldo, um metrô subterrâneo na avenida menino Marcelo, ou a implantação de 3 linhas de metrô nesses três eixos importantes da cidade.
- 2- coletivos urbanos. É urgente que se faça uma revisão nos itinerários dos coletivos urbanos e que sejam implementadas tecnologias que permitam maior conforto e agilidade para seus usuários. Um cartão integração poderia ser o primeiro passo para resolver a carência no transporte público de Maceió. Aliás, faz-se necessário uma verdadeira e urgente integração entre os modais.
- 3- ciclovias. com exceção da orla marítima de Maceió as ciclovias nos levam "do nada ao lugar nenhum". Por isso se faz necessário uma interligação nas ciclovias da cidade, permitindo uma mobilidade com maior segurança ao ciclista maceioense, e até que ele possa fazer integração com outros modais.
- 4- desonerar a classe trabalhadora e redistribuir a cobrança das passagens por toda a população na tentativa de atingir a tarifa zero.
- 5- habitação de interesse social(HIS)/ocupação de prédios abandonados no centro da cidade. o centro da cidade de Maceió está repleto de prédios abandonados. Nesse sentido, uma política de habitação que levasse o Centro a ser ocupado pelos trabalhadores do comércio que porventura morassem em bairros distantes, diminuiria um volume significativo de pessoas deslocando-se pela cidade, o que melhoraria as condições de mobilidade urbana de um modo geral (seja pública ou privada), e permitiria que os trabalhadores do comércio central gastassem menos tempo se deslocando no trajeto casa-trabalho.



## EDUCA MACEIÓ PRA REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

A educação emancipadora é uma das maiores urgências para Maceió, uma vez que a política educacional atual não tem oferecido respostas para o desenvolvimento estudantil e social de jovens e adultos maceioenses. De acordo com dados do IBGE (2019) Maceió ocupa um dos piores índices educacionais do Brasil, isso reflete um modelo de gestão que não têm pautado a educação como centralidade na condução dos problemas estruturais da cidade.

Dessa forma, o princípio norteador que adotamos para a educação integra um modelo de ensino-aprendizagem para cidadania com foco em sujeitos sociais, promoção de equidade, justiça social e a emancipação democrática. Propomos uma Maceió Educadora com base na transversalidade, articulando toda a comunidade escolar que inclui conexão com o sujeitos da escola, a comunidade, aos bairros e a cidade.

A melhoria da qualidade da educação pública passa pela valorização dos educadores e se consolida por meio da oferta de infraestrutura adequada nos espaços educativos, da vivência pautada nos princípios da gestão democrática, por meio da melhoria das condições de trabalho, da carreira e da remuneração, da promoção permanente da saúde dos estudantes e educadores e da formação continuada dos seus profissionais.

### PROPOSTAS:

- 1- Aumentar a oferta para educação infantil, construindo novas creches centralizando-as nos bairros de periferias de Maceió;
- 2- Garantir a Educação de Jovens e Adultos, ampliando o número de vagas por meio da expansão da estrutura escolar e metodologias que garantam a permanência dos estudantes;
- 3- Fortalecer ações que contribuam para erradicar a evasão dos estudantes, especialmente as/os jovens;
- 4- Construir bibliotecas comunitárias com foco em literatura brasileira no três maiores distritos das periferias de Maceió;
- 5- Promover as ações voltadas para a inclusão das crianças, mulheres, idosos, juventude, pessoas com deficiência, negros, LGBTs e toda diversidade existente;
- 6- Ampliar as oportunidades de educação para o trabalho com foco na juventude;
- 7- Promover a acessibilidade para pessoas com necessidades especiais no que tange aspectos físicos e/ou intelectuais, visando os seguintes pontos: espaços físicos das escolas, formação dos recursos humanos, aquisição de tecnologia assistiva para ampliação da oferta e permanência inclusiva;
- 8- Estabelecer parcerias com o Estado, a União e outras entidades (públicas e privadas).
- 9- Ampliar a oferta de educação integral na rede municipal de ensino.
- 10- Apoiar as unidades educacionais na construção de projetos que abordem temas de relevância, tais como adolescência, drogas, sexualidade, DST/AIDS, violência, mundo do trabalho e outros.
- 11- Implantar e incrementar programas de robótica com a criação de laboratórios de robótica, programas como Fab Lab (educação) e programas de inovação de maneira a reduzir as taxas de reprovação e de abandono do ensino fundamental do município.
- 12- Priorizar a busca de soluções para melhoria da educação no Ensino Fundamental II.
- 13- Transformar os espaços educacionais em lugares de criação e recriação da cultura, bem como criar um conjunto de ações articuladas que amplie o universo cultural de todos os estudantes.
- 14- Modernizar e ampliar possibilidades de interatividade por meio de inovações tecnológicas como possibilidade de enriquecimento dos Projetos Político Pedagógicos e da comunicação entre segmentos e unidades.
- 15- Garantir a implementação de políticas étnico-raciais, educação de gênero, educação em direitos humanos contra qualquer forma de discriminação.
- 16- Garantir a formação dos profissionais da educação para as relações étnico-raciais e as questões de sexualidade, gênero e condições físicas, intelectuais e sensoriais.
- 17- Avançar na implementação de projetos voltados à superação de dificuldades de aprendizado garantindo a avaliação processual e contínua (externa e interna).
- 18- Promover apoio psicossocial aos estudantes e professores por meio de projetos de promoção de saúde na escola;
- 19- Ampliar as possibilidades dos saberes, incluindo no currículo escolar disciplinas como música, história da África, espanhol e Libras.

20- Oferecer alimentação saudável nas escolas para garantir o rendimento, o desenvolvimento e a necessária educação visando a formação de bons hábitos alimentares aos alunos, com foco no desenvolvimento sustentável.

21- Aprofundar os processos democráticos de tomada de decisão no cotidiano escolar para a construção e qualificação das políticas educacionais.

22- Fomentar a participação dos pais e responsáveis, dos estudantes, da comunidade e dos profissionais da Educação, aperfeiçoando as instâncias de participação.

23- Promover a criação de Indicadores de Qualidade do Ensino que atendam às especificidades da Rede Pública Municipal e considerem o processo educativo em todas as suas dimensões.

24- Desenvolver uma política de superação e resolução dos conflitos e violências nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino.

25- Incentivar e fortalecer a organização livre dos estudantes.

26- Elaborar programas intersetoriais visando a permanência dos estudantes e a elaboração de políticas de apoio ao estudante.

27- Criar condições para maior articulação entre as políticas de educação, cultura, trabalho, emprego e renda, bem como a construção da rede de proteção social para incidir na qualidade de vida dos grupos discriminados e combater a violência racial e de gênero.

28- Articular a elaboração de uma política de superação da violência com o uso de novas tecnologias visando garantir a segurança dentro e no entorno das escolas.

29- Garantir uma política de valorização dos profissionais da educação.

30- Ofertar melhores condições de trabalho promovendo acesso a recursos tecnológicos inovadores, bem como o compartilhamento de experiências pedagógicas.

31- Fomentar a oferta de ensino superior, especialização, mestrado e doutorado aos profissionais da educação.

32- Garantir política municipal de formação continuada aos profissionais da educação da rede direta e conveniada.

## **CIDADE INCLUSIVA, IGUALITÁRIA, DIVERSA, CIDADÃ E GARANTIDORA DE DIREITOS**

A garantia dos direitos fundamentais baseados na Constituição Federal é essencial na condução executiva da cidade, implementar uma agenda de direitos que reflita uma nova perspectiva urbana baseada no respeito à diversidade e afirmação das identidades étnicas, raciais, religiosas, nacionais, de gênero, de orientação sexual, de idade, de territórios, etc, é mais um objetivo da gestão de Ricardo Barbosa. Dessa forma, nossa missão consiste em produzir enfrentamento a todas as formas de preconceito, discriminação e ódio e a defesa do sentimento de pertencimento à cidade enquanto espaço de exercício da cidadania e celebração da diversidade. Dessa forma, fortalecer e criar políticas públicas com foco nos direitos humanos e cidadania é um horizonte necessário para afirmação de grupos historicamente marginalizados e excluídos pelas políticas de governo. Assim, criar espaço institucional com Secretarias Municipais de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), de Políticas para as Mulheres (SMPM) e de Igualdade Racial (SMPIR) para articular de forma transversal o diálogo com a sociedade civil e com os movimentos sociais se faz urgente, uma vez que esses constituem grupos vulneráveis. A população jovem e periférica deve ser olhada com mais atenção pelo governo municipal, a articulação com as políticas para educação, cultura e lazer.

### **PROPOSTAS:**

1- Promover e apoiar ações que dêem visibilidade e alcancem resultados efetivos em temas vinculados a mulheres, negros, indígenas, imigrantes, pessoas em situação de rua, crianças e adolescentes, jovens, idosos, LGBTs, etc., no debate público e ajudar a reduzir preconceitos e estereótipos, ampliando respeito e tolerância.

2- Expandir e aprofundar a rede de proteção, atenção à saúde e apoio às mulheres, garantindo o cuidado integral com respeito aos direitos sexuais e reprodutivos.

3- Promover campanhas de enfrentamento a violência doméstica nos bairros da capital com mais incidência;

4- Reduzir a desigualdade racial e de gênero no acesso aos recursos econômicos e sociais, garantindo às mulheres e aos negros e negras melhores condições de acesso à formação e ao mercado de trabalho, bem como ampliação da representação e participação nos espaços de poder;

5- Garantir a plena acessibilidade da cidade para que as pessoas com deficiência usufruam dos serviços e ambientes públicos ou de caráter público;

6- Expandir a oferta de opções de cultura, esporte e lazer nas regiões periféricas de Maceió, com foco especialmente aos jovens que trabalhem e/ou residam nessas áreas, garantindo segurança e suporte às atividades;

7- Fortalecer, ampliar e qualificar os canais de comunicação e participação da área de Direitos Humanos e Cidadania, radicalizando a construção participativa com a sociedade das políticas públicas.

8- Aperfeiçoar os instrumentos de erradicação da pobreza e construção de um Brasil justo, e avançar na transição do programa Bolsa Família em direção à Renda Básica de Cidadania.

9- Fortalecer o papel do município como protagonista no combate à violência a partir de uma política de segurança urbana cidadã calcada na prevenção e no engajamento comunitário;

10- Criação de espaços de referência da juventude que incentivem o empreendedorismo profissional e social, em especial em áreas de emprego vinculadas a tecnologia e economia criativa;

11- Articular permanentemente ações de enfrentamento à violência por meio de políticas integradas, multissetoriais e territorializadas, baseadas na manutenção de espaços públicos seguros e na promoção da resolução não-violenta de conflitos.

12- Prover capacitação e formação continuada em Direitos Humanos aos servidores públicos municipais de maneira articulada nos temas de combate à intolerância e afirmação identitária nas diversas pautas (como LGBT, racismo, identidade de gênero, etc.);

13- Promover ações focalizadas que fortaleçam os fatores de proteção e reduzam os fatores de risco associados à violência dos bairros, comportamentos e grupos mais vulneráveis à violência, como crianças, adolescentes e jovens, mulheres, população em situação de rua e população LGBT, em prol de uma cidade mais segura.

## MACEIÓ DA ATENÇÃO À SAÚDE

O mandato popular de Ricardo Barbosa compreende a política de saúde dentro do sistema público universal gratuito e de qualidade que, para além da cura das doenças, dá grande relevância a prevenção. Tudo começa no fortalecimento da Atenção Básica para impedir o agravamento da maioria das doenças. O atendimento nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) é uma prioridade, incluindo a diminuição no tempo de espera e o desafio de aumentar a oferta de exames e cirurgias que, geralmente, atinge a população mais vulnerável e das periferias de Maceió. O acolhimento em saúde significa o agendamento, prontuário eletrônico e o atendimento efetivo apoiadas nas facilidades que as tecnologias oferecem. Há que se elencar o aumento de leitos com as maiores urgências em saúde do município em uma perspectiva de humanização. Na área da Urgência e Emergência, o Governo Ricardo Barbosa vai incrementar as UPAs (Unidades de Pronto-Atendimento).

Toda a efetividade das políticas e ações pedem uma racionalização maior da gestão, de um lado e, de outro, a valorização dos profissionais da saúde com a reestruturação do plano de carreira da área de saúde.

O mandato popular de Ricardo Barbosa defenderá a valorização do SUS e que essa estrutura abarque a diversidade e acolha os diversos públicos vulneráveis ou sub-representados, reconhecidos como sujeitos de direito: a população LGBT, demandantes por serviços de saúde mental, segmentos que precisam de atenção psicossocial relacionados ao tratamento de pacientes de drogadição, sob a perspectiva de redução de danos e vulnerabilidade em decorrência da dependência química.

O PT Alagoas defende a criação de um programa que integre as áreas de saúde, assistência social, habitação, segurança e trabalho, visando a redução de danos pelo uso abusivo e dependência de substâncias psicoativas. Esta iniciativa de uma assistência de saúde que é apoiada por ações complementares de outras áreas também deve ser estendida para outras populações em estado de vulnerabilidade: jovens, idosos, crianças, mulheres, negros.

O governo Ricardo Barbosa cuidará de um Programa de Acompanhamento ao Idoso em vários níveis de complexidade, que inclui a criação de unidades destinadas a proporcionar acolhimento, proteção e convivência a idosos semidependentes e àqueles com menor comprometimento. Semelhante cuidado deve receber as pessoas com deficiência, organizadas em pequenos grupos por equipamento, cuja acolhida e convivência promovem o desenvolvimento de capacidades adaptativas à vida diária, autonomia e participação social.

Em relação à saúde da mulher, o mandato popular de Ricardo Barbosa priorizará à humanização do parto e ao cuidado da mulher gestante, para oferecer a gestante a escolha do acompanhante para a redução da incidência de episiotomia e aumento do número de partos realizados pela enfermagem. O sistema municipal de saúde precisa enfrentar a tragédia do número crescent de mortes e internações hospitalares relacionadas a acidentes de trânsito.

A saúde da população passa por fatores extra-hospitalares. Ricardo Barbosa priorizará o consumo de alimentos orgânicos na merenda escolar e incentivará a compra de alimentos da agricultura familiar, melhorando a qualidade do alimento servido nas escolas. A isto relacionado está a criação de parques esportivos, incentivando a prática de atividades físicas e promovendo a vida saudável menos sedentária, de maneira a prevenir a ocorrência de doenças crônicas.

Igualmente importante para a saúde da população são as políticas da Assistência Social: *a)* aumentar no número de cadastramento no CadÚnico de beneficiários do Bolsa Família; *b)* expandir Centros de Referência da Assistência Social (CRAS); *c)* Restaurantes Comunitários; *d)* 7 Serviços e Espaços de Proteção Social às Crianças e Adolescentes Víctima de Violência (SPVV); *e)* Centro de Acolhimento à população LGBT, com oferta de atendimento especializado por psicólogos e assistentes sociais e acesso aos programas de transferência de renda, trabalho, documentação; *f)* Criação de Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua, para o atendimento de famílias, para acolhimento provisório de grupo familiar em situação de rua que já tem renda, mas ainda distantes da autonomia plena, além da criação de oportunidades de cursos de educação profissional e tecnológica para a população de rua.

O estado de vulnerabilidade a que estão submetidos essa legião de excluídos faz que todas essas políticas precisem orientar suas ações no acolhimento das famílias para os procedimentos e serviços.

## PROPOSTAS

1- Implantar de fato a participação e controle social como método de governo, fortalecendo os Conselhos e as Conferências de Saúde como espaços de gestão participativa, paritário e deliberativo, na formulação e acompanhamento das políticas de saúde do município.

2- Garantia de carreira digna e de saúde do trabalhador da rede municipal.

3- Democratizar as relações de trabalho na saúde, com mesas de negociação permanente, mecanismos de desprecarização do trabalho, valorização e qualificação dos trabalhadores do SUS (sejam os trabalhadores da rede pública de saúde do município, sejam da administração direta ou indireta), com concursos públicos, planos de cargos, carreiras e salários e formação permanente.

4- Estabelecer como eixos organizadores dos serviços e das ações de saúde: a Promoção e Prevenção, a Vigilância à Saúde e a Atenção Básica.

5- Articular as ações de Vigilância em Saúde às ações de assistência à saúde, de modo a promover uma melhor gestão dos recursos e maior qualificação das ações de saúde.

6- Ampliar a utilização da rede municipal de saúde como Rede-Escola, uma rede de formação dos estudantes de cursos da área da saúde, com ênfase no atendimento do SUS, e formação permanente dos profissionais de saúde da rede.

7- Dar prioridade para ações de proteção à criança e o adolescente, conforme preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente, com a proteção integral a crianças de 0 a 6 anos (primeira infância) das famílias beneficiárias do Bolsa Família por meio de políticas públicas intersetoriais.

8- Promover políticas voltadas para a população adolescente e juvenil, em áreas de maior vulnerabilidade, incentivando o protagonismo juvenil, com vistas aos cuidados de saúde, redução da gravidez na adolescência e redução do uso do álcool, drogas e tabagismo.

9- Ampliar a utilização de tecnologias e aplicativos para melhorar a qualidade do atendimento.

10- Priorizar as ações de proteção integral à pessoa idosa beneficiária do BPC, por meio de políticas públicas intersetoriais e multidisciplinares nos serviços, com ênfase na promoção da saúde, prevenção de agravos e garantia de direitos, buscando sua autonomia, mobilidade e bem viver.

11- Ampliar e consolidar o fortalecimento da Atenção Básica, ampliando o acesso a UBS, equipes de saúde da família e seus núcleos de apoio, modalidades específicas como consultórios de rua, unidades itinerantes e acesso à saúde em áreas de ocupação.

12- Promover mais saúde na cidade, ampliando ações intersetoriais de promoção à vida saudável e prevenção de doenças, principalmente em relação à mobilidade urbana, alimentação saudável, prevenção da violência urbana e doméstica, uso dos espaços públicos, culturais e esportivos para estimular a prática de atividades físicas.

13- Enfrentar o subfinanciamento do SUS com novas fontes de recursos – taxando os mais ricos – e garantindo os percentuais de investimento municipal na saúde pública do município previsto em lei.

14- Criar uma política de redução de danos relativa ao uso de drogas.

15- Promover a luta antimanicomial, garantindo uma rede de atenção psicossocial para adultos e crianças por meio de serviços como Saúde da Família, Consultórios de Rua, Centros de Atenção Psicossocial, Centros de Convivência e Cooperativas, Residências Terapêuticas, leitos de curta duração em hospitais gerais.

16- Respeito aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres sobre sua saúde, seu corpo e sua vida, visando a redução da violência sexual e doméstica, diminuição da mortalidade materna, planejamento reprodutivo, parto normal e humanizado, com direito a acompanhante, atendimento humanizado em situação de aborto e o respeito às especificidades das mulheres jovens, lésbicas, negras, do campo, indígenas, com deficiência e patologias.

17- Qualificar o atendimento sócio assistencial nas unidades de administração direta, com qualificação de pessoal, melhoria da qualidade do atendimento e informatização.

18- Garantir que o atendimento a todos os segmentos da população aconteçam no tempo planejado, reduzindo o tempo de espera para consultas, exames e cirurgias em geral.

19- Fortalecimento da capacidade de gestão da Secretaria Municipal de Saúde.

20- Ampliar a diversidade no SUS no acesso ao atendimento adequado à população negra, povos indígenas, quilombolas, imigrantes, povos ribeirinhos, assentados, acampados e moradores de ocupações urbanas, população em situação de rua, jovens, população LGBT, portadores de doenças raras, pessoas com deficiência e outras populações em situação de vulnerabilidade.

21- Investir na Política Municipal de Saúde Bucal, com o acompanhamento e aprimoramento de indicadores, ampliação de equipes e serviços e implantação de tecnologia.